

A promoção da saúde em escolas do Ensino Fundamental e Médio em Teresina, PI

Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar

Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, Brasil

elenitadias@gmail.com

Emanuelle Agda Ferreira de Sousa

Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí Teresina, PI, Brasil

emanuelleagda@yahoo.com.br



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

Saúde é um tópico em debate. Trata-se de um tema de amplitude ímpar que deve ser trabalhado e discutido desde os primeiros passos até a terceira idade. Como a informação e a educação são formas de despertar o interesse e o conhecimento da população sobre os aspectos relativos à vigilância sanitária, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) idealizou o Projeto Educação e Informação. Este desenvolve ações educativas em escolas de Ensino Fundamental e Médio a partir da temática saúde, de maneira a aumentar o nível de conscientização dos sujeitos. Leva em conta o fator multiplicador representado pelas crianças e a função social da escola. Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir de uma ação definida pelo Projeto Educação e Informação, a qual teve o objetivo de trabalhar a promoção da saúde com alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas. Dentre os resultados destacam-se: a identificação de práticas saudáveis no que se refere à preservação da saúde; a distinção entre remédios e medicamentos; maior conscientização quanto aos cuidados com medicamentos; a obtenção de maiores informações quanto à “automedicação”.

Palavras-chave: Educação. Criança. Escola. Anvisa. Promoção da saúde.

Health promotion in schools of Primary and Secondary Education in Teresina, Piauí, Brazil

Abstract

Health is a topic under discussion. It is a theme with a particular range that must be worked out and discussed since the first steps until old age. As information and education are ways of stimulating the interest and the knowledge of the population on the aspects related to the sanitary monitoring, the Brazilian National Agency for Sanitary Vigilance (Anvisa) conceived the Education and Information Project. It develops educative actions in schools of Primary and Secondary Education starting from the theme health, aiming to increase the level of citizens' awareness. It considers the multiplying factor represented by the children and the social function of school. This paper presents an experience account developed through an action defined by the Education and Information Project, which aimed to work out the health promotion with primary and secondary students of public schools. Amongst the results the following ones are highlighted: the identification of healthy practices with regard to the preservation of health; the distinction between drugs and medicines; greater awareness of the care with medicines; and obtaining more information on "self-medication".

Key words: Education. Child. School. Anvisa. Health promotion.

Introdução

Considerada um dos requisitos básicos para uma vida plena, a palavra saúde acarreta muito mais do que apenas um conceito, uma ideia, um sentimento. Qualquer pessoa indagada a respeito da definição de saúde saberá responder prontamente a essa pergunta, levando em conta uma opinião de cunho pessoal e que, apesar disso, não poderá ser tida como incorreta. O conceito de saúde foi sendo formulado ao longo dos anos à luz dos ideais da época, e até hoje suscita discussões e novas concepções. Scliar (2007, p. 37) dispõe que a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1948, p. 1) em sua carta de princípios de 7 de abril de 1948 (desde então o Dia Mundial da Saúde), define saúde como sendo "o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social

e não apenas a ausência de enfermidade”. A amplitude desse conceito da OMS acarretou críticas, dentre as quais a de que a saúde seria algo ideal, inatingível.

Evitando versar sobre definições, a Constituição Federal de 1988 definiu que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196).

A Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/90) define, ainda, como fatores condicionantes da saúde a “alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (BRASIL, 1990, art. 3º).

Desde então, muitos foram os órgãos criados a fim de assegurar e fiscalizar esse direito de todos. Em nível nacional, o exemplo maior foi a criação em 1999, sob regime de autarquia especial, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Vinculada ao Ministério da Saúde, a finalidade institucional da Agência é:

[...] promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados [...] (BRASIL, 1999, art. 6º).

Tendo em mente que a informação e a educação são formas de despertar o interesse e o conhecimento da população sobre os temas relativos à vigilância sanitária, além de funcionarem como ferramentas facilitadoras na prevenção de riscos, a Anvisa idealizou o Projeto Educação e Informação como sendo a quarta fase do Projeto de Monitoração de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária. O Projeto Educação e Informação tem como mote principal desenvolver ações educativas em escolas de ensino fundamental e médio a partir da temática saúde, de maneira a contribuir com o nível de conscientização dos sujeitos.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), uma das Instituições de Ensino Superior parceiras da Agência, desenvolve desde 2004 ações educacionais supervisionadas pela Anvisa que possam trazer melhorias em nível nacional e, principalmente, regional para a fiscalização e promoção da saúde. Com esse intuito, o grupo multidisciplinar de colaboradores da UFPI aderiu ao Projeto Educação e Informação, passando a

desenvolver a abordagem da temática “Saúde” em turmas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e em escolas públicas do estado com alunos do Ensino Médio. Nesse sentido, este artigo visa a apresentar um relato de experiências desenvolvido a partir de uma ação definida pelo Projeto Educação e Informação, a qual teve o objetivo de trabalhar a promoção da saúde com alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas da capital piauiense.

Importância da promoção da saúde em educação

A temática Saúde constitui-se preocupação de órgãos governamentais, muitas iniciativas (campanhas, propagandas, fiscalização, projetos etc.) são tomadas no sentido de contribuir com a prevenção e/ou controle da saúde dos cidadãos, entretanto, é possível observarmos que a saúde pública do nosso país não pode ser apresentada como exemplo de saúde eficaz. Casate e Correia (2005) preconizam que é preciso pensar “a valorização da saúde”, como direito do cidadão, sendo assim, é preciso investir na educação, de forma que haja valorização da mesma. Nesse sentido, é possível desenvolver nos indivíduos a valorização quanto a sua saúde, bem como com a saúde do outro, o que passa na realidade a ser mais significativo na cotidianidade de cada um, visto que, é “na possibilidade de resgate do humano, naquilo que lhe é próprio, que pode residir a intenção de humanizar o fazer em saúde” (CASATE; CORREIA, 2005, p. 106).

Faz-se urgente a discussão sobre a inclusão da temática “saúde” no âmbito da escola, de maneira geral, e específica na sala de aula. Ao nosso olhar, não apenas como um tema transversal,¹ mas, como disciplina curricular a ser desenvolvida, praticada e observada no dia a dia da formação do sujeito.

Uma das formas mais promissoras para iniciar, adotar e disseminar comportamentos saudáveis é a manifestação da conscientização quanto aos atos que possam de alguma forma ser prejudiciais à saúde, e por meio da Educação para a Saúde (EpS), desenvolvida de forma organizada em escolas e instâncias educacionais

¹ Os temas transversais dos novos parâmetros curriculares incluem Ética, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Eles expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presentes sob várias formas na vida cotidiana. São amplos o bastante para traduzir preocupações de todo País, são questões em debate na sociedade por meio dos quais, o dissenso, o confronto de opiniões se coloca.

(família, igreja, comunidade etc.). Destaca-se como de relevância o trabalho escolar, por ser a escola espaço privilegiado no trato com a educação, no desenvolvimento da sua função social, onde a capacidade de conhecimento e trato das informações deve estar voltada para o bem da coletividade, relação essa que pode ser percebida nos quatro pilares da educação que nos norteia, visto que, quando tratamos de *aprender a conhecer*, devemos desenvolver o *aprender a fazer*; fazendo, devemos perceber que “o fazer”, tornar-se-á valioso, se e somente se, desenvolvermos a capacidade de *aprender a conviver*, para daí descobriremos que somos, pois *aprendemos a ser*.

De acordo com Precioso (2004, p. 17), “a escola é um dos locais privilegiados para fazer Educação para a Saúde”. Destacam, ainda, que a OMS e outras instituições, como a UNESCO, recomendam que a saúde se deva aprender nos estabelecimentos de ensino concomitante com as demais ciências sociais. Nesse sentido, é importante que, “as atividades em sala de aula e na escola incluam a saúde como tema gerador, podendo as diferentes disciplinas articularem seus conteúdos programáticos com as condições de vida da população, possibilitando a reconstrução do conceito de saúde” (BUSS PM, 2000 AERTS et al., 2004, p. 1027).

Hábitos saudáveis são aprendizagens que devem ser propiciadas pela escola, paralelo aos demais conhecimentos a serem contemplados e vivenciados pelos alunos, conhecimentos estes que visam a dar condições de enfrentamento à vida fora dos muros da escola. Sanmarti (1988 apud PRECIOSO, 2004, p. 17) interpretam que, ao adquirir conhecimentos e hábitos de saúde, aos alunos será permitido alcançar o maior grau possível de saúde, física, mental e social. A saúde, entendida como um produto social implica:

[...] a construção social de uma nova prática sanitária, denominada vigilância da saúde que é conceituada como *uma forma de resposta social organizada aos problemas de saúde, referenciada pelo conceito positivo de saúde e pelo paradigma da produção social da saúde que organiza os processos de trabalho em saúde mediante operações intersetoriais, articuladas por diferentes estratégias de intervenção* (SILVA; FRACOLI, 2009, p. 169).

Assim, a vigilância da saúde, em consonância com este novo paradigma, se apresenta como ferramenta que visa a fomentar a produção social da saúde. Dessa forma,

[...] a promoção da saúde constitui-se como uma estratégia mediadora entre pessoas e ambiente, visando aumentar a participação dos sujeitos e da coletividade na modificação dos determinantes do processo saúde-doença, como emprego, renda, educação, cultura, lazer e hábitos de vida (BUSS, 2000 apud AERTS et al., 2004, p. 1021).

A saúde, sob a perspectiva desse novo paradigma, se apresenta como um ato de responsabilidade de cada cidadão. O que nos remete a inferir que o direito à saúde, estabelecido pela constituição, é parte importante dessa construção, mas o desenvolvimento de conscientização e responsabilização quanto aos cuidados com a saúde, não parte de simples inferência, mas da concretude da realidade vivida pelos cidadãos no seu dia a dia. As realidades sociais demandam políticas que visem a sanar os problemas de saúde, o que não significa dizer da não contribuição de cada cidadão quanto aos cuidados com a sua saúde e do coletivo que o rodeia. Segundo Guizardi e Pinheiro (2008, p. 110), “a construção política do direito à saúde, tem base nos ‘sentidos’ do que entendemos e vivemos como ‘saúde’, do que vivemos e entendemos como ‘direito’”.

Aspectos metodológicos da abordagem temática

Trata-se de um relato de experiências quanto a práticas curriculares envolvendo o tema “Saúde”, realizado por alunos de graduação da UFPI que participam do Projeto Educação e Informação, tendo como colaboradores e executores os professores/gestores de escolas públicas de Teresina-PI.

A escolha das escolas foi baseada em feedback recebido por parte dos professores a partir de palestras explicativas prévias, onde o papel da Anvisa e os objetivos do Projeto Educação e Informação foram devidamente especificados e ilustrados a alguns gestores e/ou professores, elemento esse considerado significativo à aceitação quanto ao desenvolvimento do projeto. Definiram-se como campo de trabalho quatro escolas públicas da cidade de Teresina — 1 (uma) escola municipal da zona sudeste; 1 (uma) escola municipal da zona norte; 2 (duas) escolas estaduais da zona leste.

Nas escolas municipais contemplou-se uma turma de alunos de 3º ano do Ensino Fundamental e uma turma de alunos de 4º ano do Ensino Fundamental. Nas escolas estaduais foram contemplados alunos do Ensino Médio. A decisão por qual

nível abordar foi tomada levando em consideração a faixa etária dos alunos, de forma que tanto alunos do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio fossem participes. A realização do projeto ocorreu durante o período de setembro a novembro de 2009.

Os sujeitos diretamente envolvidos com as ações do projeto foram os gestores, os(as) professores(as) e alunos/alunas das escolas anteriormente descritas. Serão identificados neste trabalho pela letra inicial de suas atribuições, tendo ainda um número de referência que os distinguirá dos demais sujeitos. Para identificação das escolas utilizar-se-á a seguinte especificação: E.M.E.F. 3, sempre que referir-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental onde o trabalho foi realizado com alunos do 3º ano; E.M.E.F. 4, sempre que referir-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental onde o trabalho foi realizado com alunos do 4º ano; U.E. 1 e U.E. 2 quando referir-se a escolas de Ensino Médio.

Durante dois meses, numa frequência de 2 a 3 vezes por semana, os alunos das áreas de Pedagogia, Jornalismo, Nutrição e Farmácia, envolvidos no Projeto Educação e Informação participaram da rotina das salas de aula do Ensino Fundamental, ao mesmo tempo que alunos de Jornalismo, Direito e Nutrição ministravam palestras em escolas estaduais.

O projeto definiu como proposição o registro das atividades desenvolvidas por meio de fotos, filmagens, escritos, gravações, bem como a produção de materiais educativos pelos sujeitos envolvidos, de forma que estes possam ser utilizados pela própria escola, IES e/ou Anvisa como elementos de trabalho em salas de aula e/ou divulgação de ações educativas do Projeto Educação e Informação.

Diversas atividades foram empreendidas no sentido de intensificar a temática “Saúde”, priorizando-se o trabalho no que se refere à alimentação saudável e uso racional de medicamentos, com a intenção de inserir no currículo escolar atitudes de promoção e preservação da saúde.

As atividades propostas apresentaram sempre um caráter interdisciplinar, com isso algumas vezes, ocorreram na disciplina de Língua Portuguesa, outras em Matemática, Ciências, Artes e/ou outras. No caso do Ensino Fundamental, contamos com a valiosa colaboração dos professores titulares das turmas, que firmaram parceria com os alunos do Projeto Educação e Informação no sentido de estarem dispostos a

desenvolver atividades sugeridas, bem como dar continuidade em sala de aula ao trabalho iniciado e direcionado à temática “Saúde”.

Para dar início ao nosso trabalho, realizamos uma reunião nas escolas com gestores e professores das escolas com o intuito de fazê-los conhecer os objetivos do projeto e torná-los cientes das ações a serem desenvolvidas, a fim de despertar nos gestores e professores da escola interesse e motivação quanto a inserir-se no projeto como colaborador das ações pensadas.

A partir daí adentrou-se no campo de atuação especificado: sala de aula, propriamente dita, para alunos do Ensino Fundamental, e escolas, de maneira geral, em se tratando do Ensino Médio. No que se refere às salas de aula do Ensino Fundamental realizou-se várias atividades que buscavam aprofundar a temática da saúde sob a ótica da alimentação saudável, uso de medicamentos etc., de forma que pouco a pouco os professores passassem a discutir com seus alunos, integrando o tema às diversas áreas do currículo.

Nas escolas de Ensino Médio, contemplou-se alunos do turno da noite, sendo que, na U.E. 1, foram realizadas duas palestras no pátio da escola, com o intuito de que houvesse maior participação de professores e alunos. A 1ª palestra enfocou o tema Alimentação saudável e a 2ª Medicamentos e uso racional de medicamentos.

Na U.E. 2, também foi realizado dois dias de palestras, com um diferencial, estas aconteceram na sala de aula, no que se diferenciam das anteriores ocorridas no pátio. A 1ª palestra (2º ano) versou sobre a questão de Propaganda de alimentos, Medicamentos, enquanto que a 2ª (3º ano) focou o Uso racional de medicamentos e propaganda.

Como instrumento de coleta de dados procedeu-se a aplicação de um questionário envolvendo informações sobre “uso de medicamentos”. A aplicação dos questionários foi realizada antes e após as palestras, no sentido de perceber o nível de compreensão quanto aos temas apresentados.

Apresentação e discussão dos resultados

Os alunos envolveram-se com a temática, demonstrando interesse, curiosidade e vontade de conhecer. A participação destes nas atividades planejadas foram registradas com o propósito de produzir materiais educativos que possam ser

divulgados, difundidos e utilizados por outras escolas, comunidades e, principalmente, no sentido de que cada uma dessas crianças possa ser disseminador de informações que contribuam com a saúde dos sujeitos na sociedade, desenvolvendo assim, a compreensão e a elevação do nível de conscientização, o que possibilitará utilização em sua vida prática da melhor maneira possível, pois, conforme preconizado pela Anvisa, a informação e a educação criam as devidas condições de despertar o interesse e o conhecimento da população sobre os temas relativos à saúde, no que, contribuem com a prevenção de riscos. Apresentam-se abaixo algumas práticas desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental, seguidas de produções dos alunos.

- Disposição de 17 palavras diretamente relacionadas com o tema saúde e 17 palavras não relacionadas, com o objetivo de que as crianças construíssem painéis a partir dessa diferenciação (E.M.E.F. 4 —Anexo 1).
- Construção de acróstico (E.M.E.F. 3) com a palavra “SAÚDE” (Anexo 2).
- Produção textual (E.M.E.F. 4) após conversa da professora sobre a questão da saúde com apoio dos painéis confeccionados pelos alunos (Anexo 3).

Outras atividades foram desenvolvidas com os alunos do Ensino Fundamental, dentre estas: confecção de cartazes, desenhos livres que representassem atitudes saudáveis, bingo da saúde, colagem de adesivos associados ao tema saúde, envolvendo alimentação e propaganda (EM.E.F. 3); Jogo da saúde (alimentação e propaganda), produção de jogral, descobrindo significados de palavras, palestra com aluna da área de Nutrição (UFPI), sobre alimentação saudável e uso racional de medicamento, escrita e reescrita de textos que culminaram em um livro, dentre outras.

Após a realização das atividades com a colaboração das professoras, estabelecia-se momento para socialização das ideias trabalhadas, de forma a promover um diálogo interativo com as crianças, ouvir seus relatos, momento este de acréscimo de informações sobre a saúde e os cuidados para mantê-la.

No que se refere às escolas de Ensino Médio, as palestras tiveram duração de 30 a 40 minutos, no entanto não foi apenas uma exposição, pois durante a palestra os alunos tiveram oportunidade de sanar dúvidas.

O Gráfico 1 apresenta os resultados dos questionários aplicados antes e após realização de palestras. Na legenda são especificados como Q1, para o questionário aplicado no início das palestras e Q2, para o questionário aplicado ao final da palestra. A seguir apresenta-se o roteiro de questões a que os alunos foram submetidos, com a proposição de manifestarem-se quanto a cada uma delas como certo ou errado.

1. As propagandas de medicamentos devem conter as contraindicações.
2. Fitoterápicos são produtos obtidos de plantas medicinais.
3. A embalagem de um medicamento tem de transmitir tudo o que possa interessar sobre o produto, contribuindo para o seu conhecimento.
4. O uso racional de medicamentos pode reduzir o risco de aparecimento de reações adversas.
5. Medicamentos podem possuir finalidade profilática.
6. A posologia informa a quantidade, quantas vezes ao dia e por quanto tempo usar um medicamento.
7. O nome comercial de um medicamento é o nome que o laboratório que produz escolhe.
8. Remédio e medicamento são sinônimos.
9. Medicamento com tarja vermelha só pode ser vendido mediante receita médica.
10. A automedicação pode agravar o problema de saúde.
11. Via de administração de um medicamento é a maneira como ele entra em contato com o organismo.
12. Os medicamentos devem ser armazenados protegidos da luz, calor e umidade.
13. Uma compressa de água quente pode ser considerada um remédio.
14. Géis, cremes e pomadas são exemplos de formas semissólidas de medicamentos.
15. A propaganda de medicamentos influencia o consumo.

Essa parte não deve ser excluída, pois sem ela o gráfico não será compreendido, pois essas questões são as mesmas representadas no gráfico. São elas que darão a compreensão do gráfico.

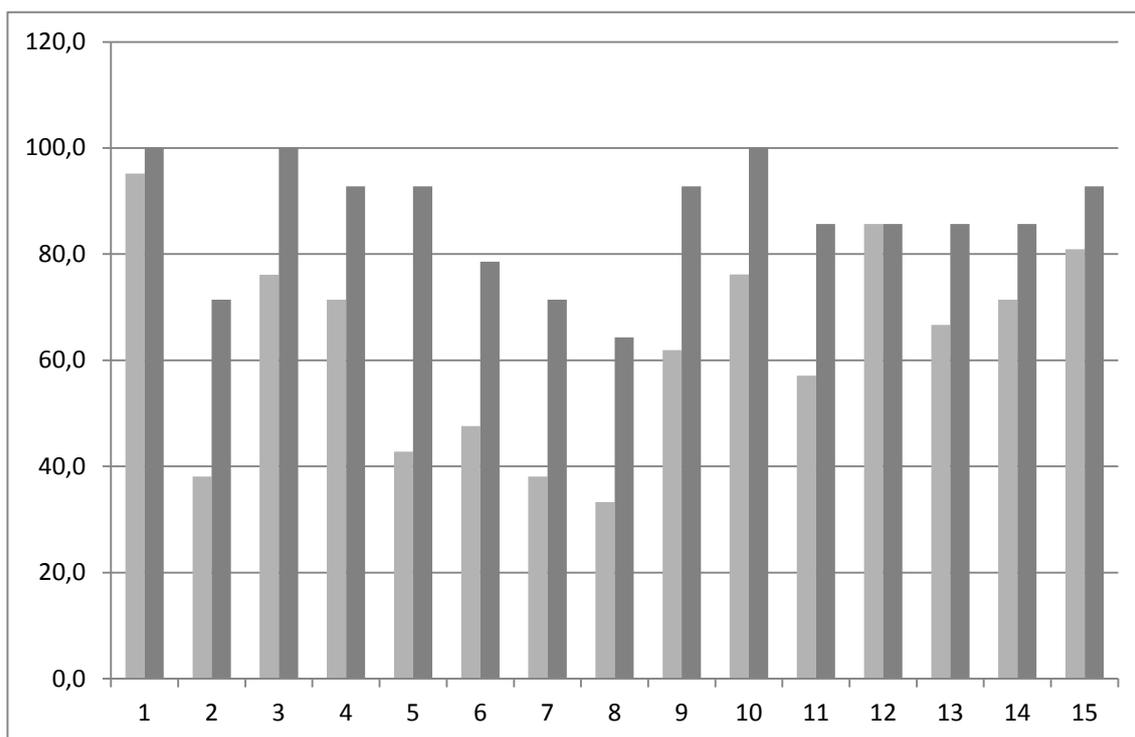


Gráfico 1.

- Q1 – Questionário aplicado antes da palestra
- Q2 - Questionário aplicado após a palestra

Observa-se que:

- 95% dos alunos já sabiam que propagandas de medicamentos devem apresentar as contraindicações, após as informações esse percentual passa a 100%.
- No que se refere ao reconhecimento de que a obtenção de produtos fisioterápicos ocorre a partir de plantas medicinais apenas 37% tinham essa informação, dado este que salta para 73% após a palestra.
- As questões 3 e 10, respectivamente saltam de 77% de conhecimento por parte dos alunos para 100% de informações obtidas após a realização da palestra.
- A questão 8 apresentou 32% de considerações de concordância quanto à afirmativa de que remédio e medicamentos são sinônimos, caracterizou-se, dentre as questões respondidas como a de menor percentual, visto que essa

não é uma afirmativa verdadeira. Vale ressaltar, que “remédio” é todo e qualquer tipo de cuidado utilizado para curar ou aliviar doenças, sintomas, desconforto e mal-estar, e “medicamentos” são produtos farmacêuticos, também utilizados como remédio, elaborados com a finalidade de diagnosticar, prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, sendo produzidos com rigoroso controle técnico para atender as especificações determinadas pelo órgão regulador. Com a aplicação do Q2, constata-se diferenciação quanto às informações recebidas, pois o percentual nessa questão aumenta para 65%.

Nesse sentido, se observarmos o gráfico e procedermos à análise das demais questões, percebe-se nitidamente que o estágio de conhecimento inicial sobre o tema é alterado, o conhecimento das informações, principalmente no que se refere à temática saúde foi acrescido de forma qualitativa.

Conclusão

Com o desenvolvimento de todas estas atividades percebemos a participação efetiva dos alunos, fazendo colocações e dando exemplos práticos que fazem parte do cotidiano. A interação, a troca de ideias quanto as informações recebidas e a capacidade criadora estiveram sempre presentes.

A realização do Projeto Educação e Informação é muito importante, pois pode proporcionar atitudes positivas em relação à saúde que devem fazer parte da vida de todo ser humano. Nesse sentido a escola e seus colaboradores podem contribuir com a promoção da saúde por meio da boa informação, o que constituirá grande significado para a sociedade de forma geral.

A partir do desenvolvimento do projeto nas escolas estaduais e municipais de Teresina percebeu-se que alguns impactos podem ser destacados e ou/inferidos, dentre esses destacam-se:

- Ter a escola/sala de aula como espaço de discussão e produção de material educativo no que se refere ao tema saúde.
- Ampliação das informações à comunidade extra-escolar (família, amigos), o que poderá despertar o interesse quanto à necessidade de maiores conhecimentos

sobre o tema, atendendo assim à perspectiva da Anvisa de que passem a funcionar como ferramentas facilitadoras na prevenção de riscos.

- Gerou em outras escolas o desejo de também participar do Projeto Educação e Informação, o que pode constituir maior disseminação dos conceitos de saúde e prevenção aos riscos associados ao consumo de medicamentos e de alimentos industrializados.
- Elevar o nível de conscientização quanto à adoção e disseminação teórica/prática de comportamentos saudáveis.

Despertar a atenção de gestores, professores e alunos quanto à necessidade de trabalho em torno da saúde é a intenção primeira do projeto, de forma que, a escola proporcione e estimule a mudança de hábitos e atitudes prejudiciais à saúde. A atuação dos atores sociais, que constituem a comunidade escolar pode contribuir significativamente com a formação de cidadãos mais esclarecidos quanto à saúde, sendo possível desenvolver atitudes de cuidado com a sua saúde e com a saúde dos outros, disseminando assim, práticas saudáveis a partir da mudança de postura.

Referências

AERTS, D. et al. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1020-1028, jul./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0656.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. de 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental — 3ª ed. Brasília, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental — 3ª ed. Brasília, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 13 ago. 2011.

_____. Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9782.htm>. Acesso em: 13 ago. 2011.

BUSS PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*; 2000. 5: 163-177.

CASATE, J. C.; CORRÊA, A. K. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 105-111. jan./fev. 2005.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Novas práticas na constituição do direito à saúde: a experiência de um movimento fitoterápico comunitário. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 12, n. 24, p. 109-122, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 de dez. de 2009.

PRECIOSO, J. Educação para a saúde na escola: um direito dos alunos que urge satisfazer. **O Professor**, n. 85, p. 17-24, mar./abr. 2004. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3980/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Sa%C3%BAde%20\(pp.17-24\).pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3980/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Sa%C3%BAde%20(pp.17-24).pdf)>. Acesso em: 5 dez. 2009.

PHYSIS: Historia do conceito de saúde. *Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/physis/v.17n1

SANMARTÍ, L. *Educación Sanitária: principios, métodos e aplicaciones*. Madrid: Dias dos Santos, 1988.

SILVA, R. M. V.; FRACOLI, L. A. A utilização de indicadores sociais na operacionalização do modelo de vigilância sanitária. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 168-177, 2009.

WHO/OMS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <[HTTP://www.fd.uc.pt/Ci/CEE/OI/OMS.htm](http://www.fd.uc.pt/Ci/CEE/OI/OMS.htm)>; acesso em: 22/12/09.

Enviado em Dezembro/2009

Aprovado em Abril/2010